

http://www.mensagens.pt

# O nosso primo Deco



Tal como a vida quotidiana, o futebol espelha as múltiplas contradições do nosso tempo: o máximo da internacionalização na composição das equipas não impede o grito tribal da horda nacionalista. Com estes fios se tece a complexidade das sociedades onde vivemos.

MÁRIO MESQUITA

jogador@naturalizado.pt

Chamada à selecção nacional de Deco, cidadão nascido no Brasil e naturalizado português, desencadeou uma pequena tempestade de areia no palco mediático que a Casa Pia, primeiro, e a guerra do Iraque, depois, reduziram a proporções razoáveis. As reacções contra a presença do jogador do FC Porto na selecção radicaram nos mais diversificadas razões, desde os sentimentos e interesses, aliás legítimos, de jogadores portugueses, até às simpatias e correlativas antipatias clubísticas.

O principal motivo é, no entanto, o nacionalismo que encontra no desporto o seu mais forte reduto. Paradoxalmente, o futebol é cada vez internacionalizado, devido a um mercado de transferências de treinadores e jogadores que transforma cada clube num misto plurinacional. Isso não impede que, embora representados por jogadores das mais diferentes nacionalidades, o Real Madrid, o Inter de Milão, o Paris Saint-Germain, o Bayern de Munique ou o Benfica, continuem a ser símbolos dos países e das cidades a que pertencem.

As multidões aglomeradas à volta dos estádios ou os telespectadores reunidos em volta do “pequeno ecrã”, transferem o brio nacional para os onze jogadores que vestem a camisola do seu clube, “delegando”, de forma implícita, a defesa do brio nacional ou local em atletas de nacionalidades e etnias diversas. Tal como a vida quotidiana, o futebol espelha as múltiplas contradições do nosso tempo: o máximo da internacionalização na composição das equipas não impede o grito tribal da horda nacionalista. Com estes fios se tece a complexidade de sociedades onde o sentimento nacional coabita – apesar dos problemas e dos conflitos – com as tendências para a globalização.

selecções@clubes.com

As selecções nacionais de futebol permitem domar os sentimentos fortes que o nacionalismo suscita, “desviando-os” para a competição desportiva regulamentada. As lutas de guerra e de morte são substituídas pelo combate desportivo, em teoria, civilizado e leal, embora sujeito, dentro do relvado (entre os jogadores) e à sua volta (entre as claques), a derrapagens rumo a uma violência que nem sempre é fácil controlar e reprimir (tenha-se presente o caso dos “hooligans” e os exemplos chocantes dos massacres nos estádios do Heyssel e de Sheffield).

O sociólogo Raymond Aron, numa crónica de L’Express (anos 80), valorizava essa contenção do arrebatamento nacionalista no interior dos estádios, polarizando rivalidades e velhos ressentimentos em torno desse “jogo simples e de variações indefinidas e inesgotáveis”. Combinação de mérito (o agon: a luta, a competência, a habilidade) e de acaso (o âlea: a sorte, o azar, os nervos...), como é próprio de todo o jogo, o futebol simboliza, nessa confluência, a condição humana. Por isso, muitas vezes, o pequeno David (por exemplo, as Honduras, na fase preparatória da última copa do mundo) consegue vencer o temível Golias (por exemplo, o Brasil, que veio a sagrar-se campeão mundial).

Se assim é, se as selecções polarizam o patriotismo, será fácil contrapor que, ao contrário dos clubes de composição plurinacional,

diferente deveria ser o espírito reinante nas equipas nacionais, lugar, por definição reservado aos cidadãos nacionais. Contudo, os seleccionados nacionais reflectiram sempre, em cada fase histórica, a concepção prevalecente de nação. Por isso mesmo, os ídolos futebolísticos dos anos 60 foram, em boa parte, oriundos das colónias africanas: os Eusébio, Coluna, Hilário, Matateu e Miguel Arcanjo, entre muitos outros.

A concepção de nação nunca foi unívoca e invariável, oscilando consoante as tradições e as circunstâncias históricas, traduzindo-se, no plano jurídica em legislações com diferentes combinações entre o jus soli e o jus san-



DAVID CLIFFORD

guinis. Nos nossos dias, a forma de conceber a nação transforma-se a ritmo veloz, e nem sempre coerente, reflectindo, a um tempo, os movimentos transnacionais, desencadeados pela globalização económica, financeira e tecnológica, e o renascer de tribalismos localizados, ferozes e, por vezes, sanguinários. A complexa construção europeia é, ela própria, portadora de novas formas de encarar e redimensionar o fenómeno nacional.

equipa@grenat.pt

Não creio que os nacionalismos estejam preste a diluir-se num mundo de fraternidade sem fronteiras. Basta olhar para os lados do Golfo Pérsico para remeter tais hipóteses para horizontes longínquos, se não quiméricos. O escritor Jean D’Ormesson, antigo director do Figaro, escreve numa recente narrativa autobiográfica: “(...) a distinção entre as raças humanas – a branca, a negra, a amarela, a vermelha – (...) vai apagar-se com alguma rapidez em benefício de uma só cor que não terá mais do que nuances; as nações, que eram uma espécie de imagem da eternidade acima dos indivíduos perecíveis e que nós tanto amámos com as suas bandeiras a drapejar ao vento, os seus serviços secretos e a sua Legião estrangeira, os seus hinos familiares que nos deixavam uma bola na garganta nas grandes ocasiões desaparecerão para se fundirem – não amanhã, talvez depois de amanhã, com a turbulência que se pode imaginar – numa qualquer forma de governo mundial...”.

Tal como D’Ormesson não creio que seja

para amanhã, mesmo no quadro da União Europeia (agora, com a espinha do Golfo atravessada...), que as nações se vão diluir. Talvez assumam novos contornos. Talvez se adoptem a novos conceitos, que serão definidos em consonância com as necessidades geradas pelos movimentos migratórios e pela pluralidade étnica que deles resultar. A selecção de França, vencedora do penúltimo mundial, era integrada por jogadores de diferentes proveniências, com destaque para os países do Norte de África, o que muito contribui para contrapor o mérito de novas formas pluriétnicas de encarar a nacionalidade ao nacionalismo racista e fascizante defendido pela extrema-direita.

Abrir as portas da selecção nacional a um jogador nascido no Brasil, mas que só atingiu a notoriedade em Portugal, aqui se radicou e teve filhos, além de corresponder à letra e ao espírito do estatuto de naturalizado, parece-me positivo. Não só por corresponder a um direito e a um dever, resultante da naturalização, mas por sermos, em simultâneo, país de emigrantes e de imigrantes. Por estarmos preparados para ter com o “outro” na nossa terra a tolerância que reivindicamos para

os nossos em terra alheia. A circunstância de Deco ser oriundo do maior País de língua portuguesa talvez devesse simplificar esta “adopção”, não fora a rede de equívocos e contradições que preside às relações luso-brasileiras, em que os afectos, as emoções e os interesses nem sempre coincidem com a retórica oficial.

Nem só dos discursos nas chancelarias e das “anedotas do português” se fazem as relações luso-brasileiras. Na dedicatória a intelectuais portugueses do seu livro “O que faz o Brasil, Brasil?”, Roberto DaMatta, antropólogo e grande estudioso do fenómeno desportivo, escreve assim: “Para D. Dalila Pereira da Costa, Agostinho da Silva e D. Maria Violante, todos portugueses, todos brasileiros”. O novo seleccionado não deve ser olhado como menos uma oportunidade para os portugueses (conforme alguns disseram), mas como mais um português para Portugal e para a selecção nacional. Não era Renan que definia a Pátria como um “plebiscito de todos os dias”? Com este espírito, podemos dar boas-vindas ao nosso primo Deco, neste seu primeiro dia (à hora em que escrevo, ainda não é certo...) com a camisola “grenat”. ■

**Post-scriptum** – O título desta coluna, na semana passada, era “A imprensa americana contra Bush”. Por motivos editoriais (presumo), porventura relacionados com o número de caracteres, o original foi substituído por “A imprensa americana e Bush”, o que não deturpa, mas prejudica. Por isso mesmo, e sem acrimónia, fica assinalada a modificação.

## Existe altruísmo numa guerra?

EDUARDO ALEXANDRE SILVA

Uma das mais nobres qualidades dos seres humanos é o altruísmo. Pode ser descrito com um sentimento de dedicação e interesse pelo bem comum, sendo uma peça fundamental no “puzzle” evolucionário que é a cooperação humana. De certeza de que muitos de nós já cooperamos com indivíduos desconhecidos, por vezes em grandes grupos, resultando em poucos ou nenhuns ganhos para a nossa reputação. A existência de cooperação e ordem social entre indivíduos não relacionados geneticamente (parentes) tem sido fundamental para a nossa sobrevivência.

Não são necessários muitos segundos para se entender a importância que esta característica da natureza humana tem na nossa vida. Por exemplo, se hoje me encontro nos EUA a estudar, isso deve-se ao altruísmo de um indivíduo (Calouste Gulbenkian) que decidiu deixar a sua enorme fortuna para a ajuda de outros, possibilitando a oportunidade que hoje tenho. É também o altruísmo que faz com que, todos os dias, milhões de bombeiros, em todo mundo, arrisquem as suas vidas tentando salvar outras. A atitude altruísta faz com muitas pessoas sejam dadoras de sangue. Em suma, os exemplos são numerosos e acho que ninguém pode afirmar que nunca foi beneficiado pelas mais diversas formas de altruísmo.

A ciência não anda distraída e tem estudado o assunto. Desde muito cedo que biólogos e sociólogos tentam compreender as diferentes razões para o altruísmo. O desejo de compreender este enigma despertou o interesse de diferentes pensadores e cientistas, tais como Charles Darwin ou William Hamilton, resultando em interessantes formulações sobre a real importância deste conceito no nosso sucesso como espécie. Embora comportamento similar seja observado em alguns animais, existem diferenças significativas nos seres humanos, concluindo-se que estamos na presença de uma particularidade específica.

Tendo em conta o papel fulcral que a “bondade de acções”, associada ao altruísmo, teve e tem no nosso sucesso como espécie, convém questionar se estaremos ou não a deixar de usar esta particularidade muito nossa. Por exemplo: nesta guerra, existe este sentimento? É apenas com o pensamento do bem comum que se deu início a este confronto militar? Para responder a esta questão, considero ser necessário desdobrar a questão. Começamos pelo soldado em acção no campo de batalha. Eu acredito que o soldado que sai do seu país, abandonando o conforto do lar e a família, o faz porque está convencido que presta um serviço ao seu país, inserindo-se no conceito de altruísmo a sua atitude. Embora sem os mesmos riscos inerentes ao posto que ocupa, um coronel, ou um general, também se envolve com a mesma atitude.

Mas um governante tem outras opções e conhecimentos sobre os objectivos finais de um conflito como este da guerra no Iraque, sendo mais difícil analisar se estamos na presença do referido altruísmo. Sempre quis acreditar que existiria este sentimento na ideia por detrás desta guerra, mas confesso que, à medida que mais leio ou ouço, as minhas dúvidas aumentam exponencialmente. No entanto, isso não me leva a passar para o outro lado da barricada e alinhar na demagogia dos slogans do “politicamente correcto” da “esquerda anti-globalização”. A guerra até pode ter sido arquitetada com outros ideais que não os meus, mas neste conflito, neste momento, assumo que não sou neutral, uma vez que não confundo neutralidade com imparcialidade. No caso, absurdo, de ter de optar entre um “antiamericanismo provinciano” ou ser parceiro dos “falcões americanos”, escolho os segundos, sendo certo que parceiro não significa ser subserviente sem ideias próprias.

Termino esperançado de que o sentimento altruísta que esteve na génese da ONU, do direito internacional e na ideia original de Europa possa de futuro continuar a prevalecer. ■